

# PLANO DE TRABALHO

## Escola Técnica Rede Novo Curso

### TÉCNICO EM RADIOLOGIA ESPECIALIZAÇÃO EM MAMOGRAFIA ESPECIALIZAÇÃO EM TOMOGRAFIA





## PROJETO POLITICO PEDAGOGICO

### 1. INTRODUÇÃO

O projeto pedagógico tem duas dimensões, como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica. Ele *"é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade"* (André, p. 189) e *é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo"*. Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga, p. 12). Assim sendo, a *"dimensão política se cumpre na medida em que em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica"* (Saviani, cit. por Veiga, 2001, p. 13).

Para Veiga (2001, p. 11) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

- Ser processo participativo de decisões;
- Preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, segundo a mesma autora:

- Nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- Ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola,
- Ser construído continuamente, pois com produto, é também processo.

O presente documento tem como objetivo explicitar a proposta político-pedagógica da **Escola Técnica Rede Novo Curso**. Tal proposta representa a síntese do pensamento administrativo-pedagógico institucional e retrata a trajetória que vem sendo percorrida pela comunidade escolar na consolidação do desejo de uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, principalmente na Educação Profissional em todos os níveis: Qualificação, Habilitação e Especialização.

O referido projeto tem um caráter propositivo, pois, define concepções e princípios coerentes com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Educação, devendo ser o



balizador da Educação Básica na Instituição, bem como da relação entre os seus diferentes níveis de ensino.

Busca-se aqui expressar a ousadia de inovar com um jeito diferente de ser escola, redimensionando o tempo e o espaço escolar, voltado para a sociedade do conhecimento e não da informação, com uma proposta humanista. Um projeto político-pedagógico que aponta para a superação da cultura tradicionalmente assumida de simples transmissão de conhecimento, avançando no sentido da pesquisa e da construção de novos saberes a partir do convívio e das inter-relações das áreas do conhecimento e destas com a realidade, uma vez que:

*"O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária." (SAVIANI apud VEIGA, 1995, p.93).*

Dessa forma, entende-se que os pressupostos e metas, aqui descritos, representam um compromisso ético e a identidade da **Escola Técnica Rede Novo Curso** e de todos os sujeitos que dele fazem parte e constroem cotidianamente a sua história.

Ao construirmos o presente projeto, planejamos uma nova forma de organização do trabalho pedagógico a ser desenvolvido na educação profissional da **Escola Técnica Rede Novo Curso**.

## **2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

Fundada em 18 de dezembro de 2003. Dando início em suas atividades em 2004. A RNC - Renascendo é uma entidade do terceiro setor voltada para o resgate da cidadania e representação legal da sociedade no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Criada por estudantes universitários hoje já formados em suas respectivas áreas da educação, meio ambiente, esporte, saúde, tecnologia e administração juntos formaram a RNC que têm como intuito colaborar com os poderes públicos e demais associações no sentido de solidariedade social e de subordinação aos interesses nacionais.

A Renascendo, denominada pela sigla RNC, juntamente com sua diretoria e associados votou pela abertura da **ESCOLA TÉCNICA REDE NOVO CURSO**, com atividades de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos três níveis: Qualificação, Habilitação e Especialização. Aperfeiçoamento e desenvolvimento Profissional, cursos livres de acordo com o Decreto Federal nº 5.154 /2004 e legislação conexas.



### 3. OBJETIVOS EDUCACIONAIS

A **Escola Técnica Rede Novo Curso**, enquanto instituição de educação profissional, vislumbra a modalidade de educação numa perspectiva ampla, que ultrapassa as dimensões do ensino tradicional denominado de técnico.

A educação profissional da **Escola Técnica Rede Novo Curso** será orientada para o mundo do trabalho e da vida e deve basear-se nos seguintes princípios:[...] **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, 1999, p. 90).

Esses princípios, articulados aos valores estéticos, políticos e éticos dispostos nas diretrizes nacionais para a educação profissional buscam formar profissionais que tenham em seu perfil os conhecimentos de natureza técnica, bem como competências e valores relacionados à dimensão humana, essenciais à vida e a atuação consciente e participativa do sujeito na sociedade civil.

Nessa perspectiva, a **Escola Técnica Rede Novo Curso** elegeu como foco de atuação, investir na excelência da educação profissional, o que implica na atualização permanente dos seus cursos e currículos, com respostas adequadas às novas demandas por educação profissional.

Assim, a **Escola Técnica Rede Novo Curso** expressa a sua visão estratégica tendo como:

#### a) Missão Institucional

- ❖ Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e saúde.

#### b) Visão de Futuro

- ❖ Ser reconhecido no município como referência na educação para o trabalho

#### c) Objetivos Estratégicos

- ❖ Da Inclusão Social;
- ❖ Gestão Orientada para Resultados;
- ❖ Fortalecimento da Imagem Institucional.

#### d) Estratégia

- ❖ Inovar em produtos e serviços educacionais.

#### e) Desafio

- ❖ Busca da sustentabilidade financeira e social.

#### f) Visão de Mundo

- ❖ Cultivar, a compreensão mútua, mais solidariedade na aceitação das nossas diferenças espirituais e culturais.



### g) Visão de Sociedade

- ❖ A sociedade que queremos deve caminhar no sentido da democracia viva, com participação do homem como sujeito da sua construção responsável e solidária, respeitadora e contínua dos saberes e do exercício da cidadania.

### h) Visão de Homem

- ❖ O homem como um ser ativo, produtivo e sensível que apropria seu ser multiforme de forma global, isto é, como homem integral. (MARX, 1974):

## 3. 1. Objetivos Específicos

A **Escola Técnica Rede Novo Curso** tem por finalidade proporcionar ao aluno a oferta de uma formação profissional de qualidade habilitando-o para uma atuação competente no mundo do trabalho e o exercício da cidadania, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade norteada pelos princípios de liberdade e pelos ideais de solidariedade humana.

Para a consecução dos seus fins, a **Escola Técnica Rede Novo Curso** sintonizado com as necessidades do mundo do trabalho tem por objetivo:

- Organizar Programas de Educação Profissional, bem como ações extensivas à Educação Profissional adequadas às necessidades locais;
- Formar profissionais nas modalidades de Formação Inicial e Continuada e Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o exercício de atividades específicas no mundo do trabalho;
- Promover cursos de especialização, atualização e aperfeiçoamento, direcionados para a formação continuada de profissionais já inseridos no mercado de trabalho;
- Qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho;
- A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho;
- Oferecer educação em conformidade com Deliberação nº 10/05 - CEE - Normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para organização e realização de estágio de alunos dos cursos de Educação Profissional Técnico de Nível Médio, de formação inicial continuada de trabalhadores, do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.



#### 4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Dizer que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho, pois:

*Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). (SAVIANI, 1991, p. 19).*

Assim, o processo de produção da existência implica, primeiramente, na garantia da sua subsistência material com a conseqüente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais, o que chamamos de "trabalho material". Todavia, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em idéias os objetos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Esses aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem à perspectiva de outra categoria de produção que pode ser chamada de "trabalho não material".

Trata-se aqui, da produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Em outras palavras, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, do conjunto da produção humana.

O entorno próprio de cada sujeito, hoje, em qualquer parte do mundo, mesmo que em condições diferenciadas, configura-se como um contexto mundial que penetra nossas vidas, através dos meios de comunicação e da ampla tecnologia, nas suas formas mais evoluídas, causando, ao mesmo tempo, impactos, perplexidades e motivações fascinantes. Vivemos um período de transformações sem precedentes na história da humanidade, que tem recebido muitas denominações - **sociedade do conhecimento, era do conhecimento, sociedade em rede, sociedade da comunicação, sociedade global, "aldeia global", sociedade mundializada** - para citar algumas, e que expressam as características dos tempos atuais configurando novos conceitos de tempo e espaço, gerando novas formas de pensar, sentir e agir em todas as pessoas da chamada "aldeia global".

O elemento comum entre esses diversos modos de nomear o cenário atual refere-se ao papel protagônico do conhecimento na organização social e econômica atual, o que tende a redefinir a centralidade e a importância da educação e da sua gestão, assim como da instituição escolar no processo de transmissão/assimilação do conhecimento científico.

A escola, enquanto organização tem sido considerada, nos últimos anos, em todo o mundo, objeto especial de atenção não apenas pelos estudiosos da área de Projeto Político Pedagógico organização e administração escolar, mas principalmente pelos "formuladores" das políticas educacionais.



Considerada, no passado, como local de execução das decisões tomadas fora dela, e, portanto, percebida como cumpridora das normas uniformizantes do sistema de ensino, a escola passou a ser considerada entidade privilegiada para tornar realidade às pretendidas mudanças na educação.

Medidas de descentralização do ensino e democratização da educação, em implantação em diferentes países do mundo nas últimas duas décadas, trazem no seu bojo, propostas de melhoria da qualidade do ensino oferecido via autonomia administrativa, pedagógica e financeira da escola, e fortalecimento das normas coletivas de definição de um projeto pedagógico capaz de conferir identidade própria ao estabelecimento de ensino.

Os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a construção do conceito de competência neste projeto tomam como base a dialética entre as categorias "Trabalho", "Comunicação" e "Sensibilidade", na perspectiva de uma educação emancipatória articulada com os princípios do Ministério da Educação – MEC, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e ancorados nos referenciais da Teoria Crítica, especialmente na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

Com base no conceito de competência do MEC/SEMTEC, que o define como sendo: "a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimento se habilidades necessárias ao desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho" e no princípio da ação integral, o conceito de competência adotado pela **Escola Técnica Rede Novo Curso** se traduz na articulação e integração do saber-conhecer, do saber-fazer, do saber-viver e do saber-ser, num movimento circular convergente para uma ação integral de trabalho.

A "Ação" compreendida como competência coloca-se em posição de desta que direcionando os caminhos a serem percorridos pelo aluno em busca de saberes, habilidades, valores e atitudes necessários à sua educação profissional.

Baseado na concepção de educação e competência, a proposta pedagógica da **Escola Técnica Rede Novo Curso** tem como referência, os Princípios Norteadores da Educação Profissional, a saber:

#### **4.1. Estética da Sensibilidade**

Estética da Sensibilidade está associada a um manancial de possibilidades do espírito humano, manifesto como diversidade de sua produção, empreendedorismo e espírito de risco, bem como, força para definir seu caminho no mercado de trabalho, identificando e aproveitando oportunidades. É um espaço de liberdade e de criação para quem consegue escapar aos enquadramentos dos sistemas, exercendo sua criatividade e, de forma ousada, buscando a beleza e recusando a mediocridade e a prisão do espírito.

Por fim, a Estética da Sensibilidade está associada a um modo de existir socialmente comprometido. São profissionais que reconhecem no seu trabalho uma forma concreta de agir sobre o mundo e defendem sua intervenção como expressão de sua cidadania. É uma posição política de engajamento e de responsabilidade com a comunidade.



## 4.2. Política da igualdade

Todos têm direito à educação. Todos têm direito ao trabalho. Todos têm direito à profissionalização, a qual deve ser garantida "com absoluta prioridade". Esses direitos universais encontram-se presentes na Educação Profissional como educação para o trabalho e são o núcleo central do princípio da política da igualdade.

O trabalho humano traz em si dois valores: o da remuneração e o do reconhecimento social. Esse princípio pressupõe que o valor do homem e sua dignidade são decorrentes do seu trabalho e, conseqüentemente, condena todas as formas de trabalho que recusem essa dignidade, tais como o trabalho escravo ou de crianças, o de caráter predatório da natureza, explorador, enfim, qualquer trabalho que degrada a vida.

Está contido nesse princípio, necessariamente, o valor humano que o trabalho produz. O homem se humaniza pelo trabalho. Amplia sua subjetividade, suas possibilidades afetivas, cognitivas, relacionais e operacionais. No trabalho, manifesta Projeto Político Pedagógico sua boa vontade em relação ao mundo, manifesta seu valor. A Política da Igualdade traz em si, também, a recusa a toda forma de preconceito ao trabalho e ao trabalhador manual e às tarefas consideradas menos nobres. Os conceitos de mérito, competência e qualidade estão diretamente envolvidos nesse princípio.

Na educação, a política da igualdade é desenvolvida em atividades de grupo, quando cada aluno, individualmente, interage de diversas formas com os outros. Permite uma participação de liderança ou de apoio em grupos maiores e menores, com papéis diferentes, ou seja, exercita diversas possibilidades de participação e desrespeito à participação dos outros. Desenvolve valores de lealdade, solidariedade e companheirismo.

## 4.3. A Ética da Identidade

O principal objetivo desse princípio é o desenvolvimento da autonomia para gerenciar sua vida profissional e monitorar seus desempenhos. A autonomia traduz-se por liberdade na vida pessoal, escolha na vida social e deliberação na vida profissional. Representa construir dentro de si princípios e valores responsáveis por sua identidade que dão o tom da participação do profissional no mundo.

A Ética da Identidade permite que os conhecimentos técnicos e metodológicos sejam utilizados visando a fins virtuosos. Coloca valor na ação escolhida e no modo de executá-la. Pressupõe a estética da sensibilidade e a política da igualdade para sua manifestação como competência. É a possibilidade da prática profissional autônoma, criativa e inovadora.

Além dos valores comuns à Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica propõem uma base pedagógica comum para as competências específicas a serem desenvolvidas para a Qualificação e para a Habilitação Profissional. São princípios específicos – flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização – que devem ser desenvolvidos tanto na Educação Básica quanto na Educação Profissional.



#### 4.4. Flexibilidade

O princípio da flexibilidade reflete-se na construção de currículos estrutura do sem função dos perfis profissionais de conclusão, conciliando as aspirações e demandas dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade. Essa flexibilidade permite maior agilidade na proposição, atualização e incorporação de inovações, correções de rumo e adaptações às mudanças.

#### 4.5. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é a integração de saberes de campos diferentes, visando à compreensão abrangente de dado objeto de estudo. Essa forma de atuação permite Projeto Político Pedagógico olhar o objeto de ângulos diferentes e com conceitos diferentes. A interdisciplinaridade, portanto, não é justaposição de disciplinas, tem como pressuposto o planejamento participativo, é mais facilmente alcançada quando o objeto de estudo é enfocado no âmbito de metodologias ativas, como a de projetos, por exemplo.

#### 4.6 Contextualização

Contextualizar um conteúdo é abordá-lo a partir de situações concretas do mundo pessoal ou do trabalho, de modo a dotá-lo de significação, visando à construção do conhecimento que implique a reciprocidade entre o sujeito e o objeto. A contextualização, portanto, pressupõe a adequação da oferta dos cursos às reais demandas das pessoas, do mercado de trabalho e da sociedade. Esse recurso permite mobilizar o aluno, tornando-o sujeito ativo do ato de conhecer. Os contextos valorizados na LDB são o trabalho e a cidadania. Para contemplá-los, a educação deve articular teoria e prática.

Aliada às questões acima referenciadas a **Escola Técnica Rede Novo Curso** definiu princípios a serem considerados na elaboração de seu portfólio de cursos e programas de Educação Profissional, em todos os Eixos nos quais atua.

Atendimento às demandas dos cidadãos, da sociedade, dos empregadores e dos trabalhadores, em sintonia com as exigências do desenvolvimento sustentável local, regional e nacional;

Conciliação das demandas identificadas com a vocação da Unidade de Ensino, bem como com as reais condições de viabilização das propostas;

Definição de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas identificadas, com a indicação clara e objetiva das competências profissionais a serem desenvolvidas, as quais devem ser reconhecidas como úteis no mundo do trabalho.

Esses princípios estão diretamente ligados ao grau de autonomia conquistado pela unidade de ensino na concepção, elaboração, execução e avaliação do seu Projeto



Pedagógico, fruto e instrumento de trabalho do conjunto dos seus agentes educacionais, de modo especial, dos docentes.

## 5. Diretrizes Curriculares

O Parecer CNE/CEB nº. 16/1999, que estabeleceu as bases para a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, registrou que, "a partir da década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho". Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas.

Em conseqüência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional dos técnicos; e educação continuada, para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação de trabalhadores.

Nas décadas de 70 e 80 multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação. Como resposta a este desafio, escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta. As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados. À destreza manual se agregaram novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões, mediada por novas tecnologias da informação. Impôs-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas.

A educação profissional requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica da melhor qualidade e constitui condição indispensável para o êxito do trabalhador num universo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências, definidas em termos de maiores níveis de qualidade, produtividade e competência profissional.

Nesse contexto, a Educação Profissional é encarada como um fator estratégico do desenvolvimento humano, individual e coletivo. Essa nova situação determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado no desenvolvimento de competências profissionais por área.

Torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir seus próprios itinerários de profissionalização, com mobilidade, ao



longo de sua vida produtiva. Um competente desempenho profissional exige domínio do seu "ofício", de forma associada à sensibilidade e à prontidão para mudanças e para Projeto Políticas Pedagógicas novas aprendizagens. É essencial que o trabalhador, ao aprender, aprenda a aprender e tenha condições de continuar permanentemente aprendendo, para, assim, contribuir de maneira mais objetiva e intencional com o seu próprio desenvolvimento. Em todos os domínios da atividade humana sempre haverá necessidade de trabalhadores qualificados e atualizados para a produção de bens e de serviços. A questão, entretanto, não se resolve com uma qualificação única e definitiva para cada cidadão trabalhador. Cada vez mais se exige a permanente atualização tecnológica e a requalificação profissional, na perspectiva da educação continuada e da aprendizagem permanente.

A qualificação profissional pode se der igualmente nos níveis técnico e tecnológico. Ela está intimamente associada aos itinerários de profissionalização nesses níveis, até para que se garanta ao profissional qualificado a percepção abrangente da correspondente área profissional ou eixo tecnológico. É nessa perspectiva que a **Escola Técnica Rede Novo Curso** enquanto instituição de Educação Profissional deve estruturar seus cursos e programas, segundo itinerários formativos que garantam contínuos e articulados aproveitamento de estudos de modo a possibilitar a habilitação profissional de técnico e a especialização profissional de nível técnico.

O ensino médio, embora indua entre seus objetivos a preparação geral do educando para o trabalho, não objetiva a qualificação ou habilitação técnica. A educação profissional não é a parte diversificada do ensino médio. Ela é complementar à educação básica e tem na profissionalização o seu escopo específico. É isto que faz sentido, tanto à independência quanto à mútua articulação e complementaridade entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio.

A preocupação com o desenvolvimento de competências para a laborabilidade significa o preparo do trabalhador para manter-se em atividade produtiva e geradora de renda em contextos sócio-econômicos cambiantes e instáveis, numa sociedade cada vez mais complexa e dinâmica em suas descobertas e transformações, e cada vez mais exigente de qualidade e de produtividade. A perspectiva da laborabilidade enquanto possibilidade e intencionalidade de transformar competência em trabalho produtivo é uma referência fundamental para se entender o conceito de competência profissional.

Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização conformam um princípio diretamente ligado ao grau de autonomia conquistado pela escola na concepção elaboração, execução e avaliação do seu projeto pedagógico, fruto e instrumento de trabalho do conjunto dos seus agentes educacionais, de modo especial dos seus docentes.

Este princípio reflete-se na construção dos currículos em diferentes perspectivas, o que abre um horizonte de liberdade e, em contrapartida, de maior responsabilidade para a escola. Ao elaborar o seu plano de curso, cabe à Escola planejar os correspondentes itinerários formativos, por eixos tecnológicos, os quais são básicos para a construção dos respectivos currículos, estruturados em função do Projeto Político Pedagógico, perfis profissionais de conclusão almejados, conciliando as aspirações e demandas dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade. Esta flexibilidade permite à escola maior



agilidade na proposição, atualização e incorporação de inovações, correções de rumos e adaptações às mudanças, o que implica numa organização do trabalho pedagógico de forma efetivamente interdisciplinar.

A clara identidade dos perfis profissionais de conclusão dos cursos é essencial para garantir a adequada oferta de cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio. Estes devem ser estabelecidos a partir das competências específicas de cada habilitação profissional, das competências profissionais gerais do técnico de acordo com o respectivo eixo tecnológico estruturante, as quais são comuns a um grupo de técnicos de áreas afins, bem como das competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio.

Os perfis profissionais definidos devem ser claramente identificáveis no mercado de trabalho e de utilidade para o cidadão, a sociedade e o mundo do trabalho. Podem, assim, tanto se referir a um profissional polivalente e generalista num determinado eixo tecnológico ou área profissional, quanto voltado para um determinado segmento ou ocupação profissional. Quando se tratar de profissões regulamentadas, o perfil profissional deve considerar as competências exigidas para o cumprimento das atribuições funcionais previstas na legislação específica do exercício profissional.

A atualização permanente dos cursos e currículos é outra orientação essencial para que os cursos e programas ofertados pelas escolas mantenham a necessária consistência. A escola deve permanecer atenta às novas demandas, dando-lhes respostas adequadas, mas evitando concessões a apelos circunstanciais e imediatistas.

Quanto à nomenclatura dos cursos, é fundamental desconsiderar os modismos ou denominações com finalidades exclusivamente mercadológicas, bem como considerar como essenciais o binômio identidade e utilidade. Este é um dos principais objetivos almejados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio instituído e implantado pelo MEC, por força da Portaria nº. 870/2008, com base na Resolução CNE/CEB nº. 03/2008 e Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e recentemente pela Resolução nº 4/2012 que dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

São indicadores básicos para o planejamento da oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, segundo itinerários formativos planejados pela instituição educacional, por eixos tecnológicos, bem como respectivas organizações curriculares, o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade.

Embora pareça óbvio, é essencial garantir a conciliação dessas demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional da escola ou rede de ensino, tanto quanto é necessário que a mesma tenha uma visão prospectiva, levando em consideração as transformações em curso e as tendências e cenários de futuro, para que sua organização e planejamento se mantenham úteis para os cidadãos, os empregadores e a sociedade.



A vinculação entre educação e trabalho, na perspectiva da laborabilidade, é uma referência fundamental para se entender o conceito de competência como capacidade pessoal de articular os saberes (saber, saber fazer, saber ser e conviver) inerentes a situações concretas de trabalho. O desempenho no trabalho pode ser utilizado para aferir e avaliar competências, entendidas como um saber operativo, dinâmico e flexível, capaz de guiar desempenhos num mundo do trabalho em constante mutação e permanente desenvolvimento.

### **5.1. O Currículo com base no conceito de competência**

O conceito de competência profissional amplia a responsabilidade das instituições de ensino na organização dos currículos de educação profissional e tecnológica, na medida em que exige a inclusão, entre outros, de novos conteúdos e de novas formas de organização do trabalho, de incorporação dos conhecimentos que são adquiridos na prática, de metodologias que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas novos, comunicar idéias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo e ter autonomia intelectual, num contexto de respeito às regras de convivência humana democrática.

Nessa linha de argumentação, destacam que "a exigência do mercado por trabalhadores qualificados (com níveis mediano e alto de instrução), aliada à escassez do emprego formal, vem acarretando significativas mudanças no mercado de trabalho", tais como:

#### **5.1.1. Mudança no perfil etário da população atualmente empregada.**

Ao contrário do que ocorria em momentos anteriores, a preferência atual – manifesta através da oferta de trabalho – é por trabalhadores mais velhos (e mais qualificados), em detrimento dos mais jovens, os quais acabam adiando a respectiva entrada no mercado, em busca de mais qualificação profissional;

Acentuada tendência à redução da oferta de emprego nos setores primário e secundário da produção. O setor terciário, mais especificamente, o setor prestador de serviços, tem sido o maior responsável pela absorção de trabalhadores qualificados, de modo especial nos segmentos de higiene, hospedagem e alimentação;

Aumento do grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, observando-se um crescimento significativo dos empregos nos segmentos não organizados, onde os serviços são terceirizados ou quarteirizados, em detrimento daqueles oferecidos pelo setor formal da economia;

Quarteirização: delegação da gestão administrativa das relações com os demais prestadores de serviços, sejam eles terceiros, parceiros ou fornecedores da instituição a uma empresa especializada em gerenciamento.



Ênfase na laborabilidade, em detrimento da empregabilidade direta dos indivíduos. Ou seja, valorizar-se mais o desenvolvimento e o aprimoramento de competências e habilidades para o desempenho e a atuação profissional no mundo do trabalho, em detrimento da formação para ocupação de postos específicos no mercado de trabalho.

Esses fatores, considerados globalmente, apresentam reflexos diretos na estrutura das ocupações – alguns postos de trabalho deixam de existir, enquanto outros são criados – e também sobre a qualificação dos trabalhadores. Essa situação gera significativa insegurança no mercado de trabalho, em função dos elevados índices de desemprego e das desigualdades dos indivíduos frente à situação de exclusão temporária ou permanente do mercado, e aponta para outros tipos de insegurança, decorrentes dos seguintes fatores:

Enxugamento de pessoal, utilização de trabalhadores eventuais e terceirização ou quarteirização de algumas etapas do trabalho;

Variações e falta de estabilidade nos rendimentos dos trabalhadores, uma vez que a flexibilização das relações de trabalho ocasiona disparidades salariais, muitas vezes no interior de uma mesma empresa;

Relações contratuais de trabalho, referentes às novas formas de negociação individual em detrimento da negociação coletiva, que força o empresariado a assumir um compromisso mais geral com os trabalhadores, de acordo com padrões socialmente aceitáveis de condições mínimas de trabalho.

Este é um contexto que exige maior reflexão quanto à utilização de um modelo educacional comprometido com o desenvolvimento de competências profissionais, principalmente, frente às transformações ocorridas no mundo do trabalho, em contextos diferenciados.

O modelo da competência sugere que a qualificação profissional de um indivíduo está posta menos no seu conjunto de conhecimentos e habilidades, e mais acentuadamente em sua "capacidade de agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis". Essa capacidade implicaria na "mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante aprendizagem, no decurso da vida ativa, tanto em situações de trabalho como fora deste".

O modelo da competência confere grande importância aos atributos e qualidades pessoais do trabalhador, tais como:

Espírito de equipe – "a necessidade do trabalho em equipe e a identificação com os objetivos da empresa constituem a base do espírito de equipe";

Responsabilidade – "refere-se ao esforço de fazer cumprir o compromisso assumido com a empresa";



Autonomia – “refere-se à capacidade do trabalhador de se antecipar aos comandos das chefias e agregar voluntariamente várias tarefas e intensificar seu próprio ritmo de trabalho”;

Iniciativa – é definida como “a disposição para assumir e desenvolver um trabalho de forma espontânea e rápida”.

Capacidade de comunicação – “é requerida por exigência da responsabilização grupal pela produção, de maneira a facilitar a troca de idéias e opiniões sobre um assunto até que se alcance o consenso”;

Flexibilidade – “constitui-se em uma ritualização de valores, sob a ótica empresarial; é a capacidade do trabalhador de mudar hábitos arraigados”;

Cooperação – é definida como “uma disposição de trabalhar eficazmente com outras pessoas em um grupo; prontidão de oferecer espontaneamente ajuda aos outros, sem tirar proveito da situação. A identificação com os objetivos da empresa reflete uma atitude de cooperação em torno dos seus objetivos”;

Interesse e atenção – são definidos como “a vontade de dirigir os sentidos para situações de aprendizagem ou trabalho durante certo período. Referem-se, ainda, à valorização da aprendizagem no trabalho”.

Na educação profissional não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional. Daí, que a prática se configura não apenas como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação todo o aprendizado. Nesse sentido, a prática profissional, que constitui e organiza o currículo da Educação Profissional e Tecnológica, supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos de exercício profissional efetivo, e estágios profissionais supervisionados assumidos como atos educativos.

O inciso II do artigo 13 da LDB determina que cada docente deve elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica. Este plano, ao certo, é uma das atividades mais acadêmicas, produtivas e interessantes do docente, no sentido de melhorar a qualidade do seu serviço educacional através de uma didática eficiente e eficaz, que tenha como principal finalidade o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos.

O Parecer CNE/CEB nº. 16/1999, do Conselho Nacional de Educação, ressalta o papel reservado aos docentes da educação profissional. Não se pode falar em desenvolvimento de competências profissionais, em busca da poli-valência e da identidade profissional do trabalhador, se o docente, que é o mediador mais importante desse processo educacional não estiver adequadamente preparado para essa ação educativa. Pressupondo que esse docente tenha, principalmente, experiência profissional, seu preparo para o magistério se dará em serviço, em cursos de licenciatura ou em programas especiais.



Em caráter excepcional, o docente não habilitado nestas modalidades poderá ser autorizado a lecionar, desde que a Instituição educacional que utiliza seus préstimos educacionais lhe proporcione adequada formação em serviço para esse magistério.

Essa educação permanente, inclusive, deve ser considerada não apenas com relação às competências mais diretamente voltadas para o ensino de uma profissão. Outros conhecimentos e atributos também são necessários, tais como: conhecimento das filosofias e políticas da educação profissional e tecnológica; conhecimento da organização do mundo do trabalho por eixos tecnológicos, conhecimento dos itinerários de profissionalização dos trabalhadores, os quais servem de base para a estruturação dos itinerários formativos propostos pela Instituição Educacional na qual trabalha; conhecimento e aplicação de diferentes formas de desenvolvimento da aprendizagem, numa perspectiva de autonomia, criatividade, consciência crítica e ética; flexibilidade com relação às mudanças, com a incorporação de inovações nos diferentes campos do saber; iniciativa para buscar o seu auto-desenvolvimento, tendo em vista o aprimoramento do seu trabalho; ousadia para questionar e propor ações; capacidade de monitorar seus próprios desempenhos e buscar resultados; bem como capacidade de trabalhar em equipes interdisciplinares.

O planejamento curricular dessa nova educação profissional e tecnológica, tal qual proposto pelo Conselho Nacional de Educação, é fundamentado no modelo de desenvolvimento de competências profissionais, explicitadas nos perfis profissionais de conclusão dos cursos.

Esses perfis são definidos a partir da análise das ocupações que compõem as diferentes áreas profissionais ou grupos de ocupações afins a um processo ou atividade produtiva, de acordo com os respectivos eixos tecnológicos estruturantes dos itinerários formativos planejados para oferta de cursos e programas por parte da Instituição Educacional.

Na definição do perfil profissional de conclusão dos cursos de educação profissional e tecnológica deve-se, por exigência legal, considerar tanto as competências profissionais gerais estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, quanto "as exigências de cada instituição de ensino, nos termos do seu projeto pedagógico", bem como as competências específicas de cada habilitação profissional. Enquanto as competências específicas definem a identidade do curso, as competências gerais garantem a poli-valência do profissional formado, de acordo com o respectivo eixo tecnológico estruturante da organização curricular. Deve-se ainda buscar responder às seguintes questões:

O que esse profissional precisa saber, isto é, que conhecimentos são fundamentais?  
O que ele precisa saber fazer, isto é, que habilidades são necessárias para o desempenho de sua prática de trabalho? O que ele precisa saber ser, isto é, que valores, atitudes e emoções ele deve desenvolver? O que ele precisa saber para agir e conviver no mundo social e do trabalho, isto é, que atributos são indispensáveis à tomada de decisões como trabalhador cidadão?





Esse modelo supõe, também, a adoção de um novo paradigma pedagógico, no qual a atenção se desloca das atividades de ensino para os resultados de aprendizagem. A prática pedagógica orientadora desse paradigma deverá se pautar pela valorização das experiências pessoais do aluno, sejam elas profissionais acadêmicas ou de vida. Nesse sentido, a responsabilidade das instituições de educação profissional se amplia, porque esse modelo exige novas formas de organização curricular, novos conteúdos e metodologias que coloquem o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem, com os docentes assumindo o importante papel de mestres condutores e guias de seus alunos na trilha da aprendizagem.

Nesse contexto, as atividades de ensino, materializadas em aulas passam a ser encarado não mais como um fim em si, mas como importantes meios ou ferramentas utilizadas pelos professores para que seus alunos aprendam e, ao aprender, aprenda mais atualizados, em condições de responder continuamente às novas exigências profissionais e de aprendizagem permanente.

A ênfase na competência implica, portanto, na promoção de rupturas na dinâmica interna dos espaços das instituições educacionais. Não se desenvolvem competências profissionais a partir da mera aplicação instrumental dos conteúdos, sem incluir o exercício de atividades concretas de trabalho. Ao mesmo tempo, não podemos prescindir dos conteúdos das bases tecnológicas, como importantes meios para desenvolver as competências profissionais pretendidas. Os conteúdos apresentados, portanto, precisam ser significativos e permanentemente atualizados, vistos como recursos e não como finalidade da educação profissional e tecnológica, assimilados pelos alunos de forma crítica e dinâmica e mobilizados para a solução de situações concretas e exigências do mundo do trabalho.

A organização curricular por módulos ou etapas com terminalidade profissional, segundo itinerários formativos organizados por eixos tecnológicos, é uma das formas de flexibilizar e organizar um currículo centrado na aprendizagem do aluno e no desenvolvimento contínuo de competências profissionais. Os módulos podem ser entendidos como um conjunto de conhecimentos profissionais que, estruturalmente, respondem a uma etapa do processo formativo e possuem terminalidade profissional se tiverem como referência básica uma ocupação reconhecida como útil no mercado de trabalho. Esses módulos ou etapas com terminalidade profissional representam saídas iniciais para o mercado de trabalho, ao tempo em que representam, também, uma fase significativa do processo de aprendizagem e de constituição de competências profissionais, e como tais, constituem unidades básicas para a avaliação educacional.

Esses módulos com terminalidade profissional preparam o aluno para exercer algum tipo de atividade profissional, para ocupar uma função reconhecidamente existente no mercado de trabalho. A identidade desses módulos deve ser definida com muita clareza, visando a possibilidade de incluir no processo de aprendizagem situações concretas de trabalho relativas à ocupação escolhida. Ao completar o módulo da qualificação profissional, o aluno terá direito à correspondente certificação e estará apto para ingressar no mercado de trabalho ou continuar os seus estudos até a conclusão da habilitação profissional técnica de nível médio.



A flexibilidade deve se refletir na construção dos currículos em diferentes perspectivas de oferta dos cursos, organizando seus conteúdos por módulos, disciplinas, atividades nucleadoras, projetos etc. A flexibilidade curricular permite que os alunos construam itinerários diversificados, segundo seus interesses e possibilidades, não apenas para as fases circunscritas à sua formação inicial, como também com vistas à educação continuada, simultânea ou alternadamente com as fases do seu exercício profissional.

A organização curricular flexível traz em sua raiz a interdisciplinaridade, que rompe com a fragmentação do conhecimento e a segmentação presentes na organização disciplinar tradicionalmente adotada de forma linear. Nesse antigo modelo educacional, caracterizado por Paulo Freire como de educação bancária, os conteúdos culturais que formavam o currículo escolar eram freqüentemente descontextualizados, distantes do mundo experiencial de seus alunos e alunas. As disciplinas escolares eram trabalhadas de forma isolada e, assim, não propiciavam a construção e a compreensão de nexos que permitissem sua estruturação com base na realidade. No paradigma interdisciplinar, as disciplinas devem ser compostas de forma integrada e estar voltadas para a participação ativa do aluno no seu processo de aprendizagem.

O desafio maior para o professor, ao atuar segundo esse modelo, reside na sistematização da atuação do aluno e na orientação do mesmo nas trilhas da aprendizagem e da constituição de competências profissionais de forma permanente.

A interdisciplinaridade, portanto, deve ir além da justaposição de disciplinas, abrindo-se a possibilidade de relacioná-las em atividades ou projetos de estudos, pesquisa e ação, para dar conta desse desenvolvimento de competências.

A contextualização, por sua vez, garante estratégias favoráveis à construção de significações. Um plano de curso elaborado em consonância com o contexto no qual a instituição educacional está inserida e com a realidade do aluno e do mundo do trabalho possibilita, sem dúvida alguma, a realização de aprendizagens que façam sentido para o aluno. Essa contextualização é de fundamental importância para o próprio processo de aprendizagem dos alunos, integrando a teoria à vivência da prática profissional.

## **5.2. Estágio Curricular – integração teoria-prática**

O Estágio, legalmente, é uma atividade curricular como outra qualquer. Apenas se tão somente, não é executado em uma sala de aula ou em uma situação de laboratório, onde todas as variáveis são controladas pelo professor. É executado em uma situação real de trabalho, onde a emergência do exercício profissional pode resultar na exigência de respostas originais e criativas a desafios não planejados, inusitados e que fogem do controle possível em uma situação de laboratório. O ambiente é outro, mas a realidade é a mesma.

Trata-se de uma atividade curricular, a qual deve ser intencional assumida pela Instituição de Ensino como um Ato Educativo de sua responsabilidade, embora executado em parceria com outra organização, a qual concede oportunidades de estágio para seus estudantes. Por isso mesmo, é um Estágio Supervisionado, especialmente planejado para



que o estudante tenha a oportunidade da vivência em uma situação real de trabalho como um outro ambiente de efetiva aprendizagem.

É de fundamental importância que essa vivência seja supervisionada, para que nesse novo ambiente de aprendizagem o aluno, também, ao aprender, aprenda a aprender e desenvolva a sua capacidade de aprender, para continuar aprendendo, de forma a se tornar um profissional que tenha autonomia no seu futuro exercício profissional no mundo do trabalho. Assim, só podem ser considerados estagiários os "alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, os cursos". As atividades de estágio devem, também, estar ao alcance das pessoas com deficiência, que apresentem necessidades educacionais especiais.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 35/2004 não existe a possibilidade da realização de estágio extracurricular. Ou o estágio é curricular ou não é estágio. Ele não é um apêndice da atividade curricular. Em decorrência, o estágio deve integrar os instrumentos de planejamento de ensino dos docentes e os de avaliação da aprendizagem dos alunos.

A realização de atividades de estágio supervisionado não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela Instituição de Ensino, pode estar vinculada ao atendimento de uma demanda ou necessidade social da comunidade. Alguns exemplos são significativos: Engajamento voluntário de alunos na realização de um projeto de natureza social em uma comunidade carente ou no desenvolvimento de atividades específicas com idosos, crianças, jovens ou doentes crônicos, ou ainda, participação em campanhas educativas e de prevenção da saúde como dos diabetes ou AIDS, ou mesmo participar de campanhas nacionais de saúde, como a Campanha Nacional de Vacinação Infantil etc. Neste caso, a Instituição de Ensino planejará tais atividades de forma interdisciplinar, adotando procedimentos de motivação ou até mesmo de obrigação da participação de seus alunos nesses empreendimentos públicos comunitários, cabendo à **Escola Técnica Rede Novo Curso** a supervisão das referidas atividades, bem como o devido registro nos documentos escolares do aluno.

Ao planejar as atividades de estágio supervisionado, a escola deve definir com clareza quais competências profissionais deseja ver desenvolvidas pelo estagiário em seu período de vivência profissional e planejar com os seus docentes o tipo de aproveitamento e de trabalho que merecerão as informações advindas dos estágios, de forma que a Instituição de Ensino possa efetivamente, responder pelos resultados educacionais das atividades de estágio supervisionado.

Há uma prática profissional que é realizada na própria Instituição de Ensino em situação de laboratório de aprendizagem, em uma atividade simulada. A carga horária dessa prática profissional orientada ou simulada, ou seja, em condições laboratoriais, integra a carga horária mínima da respectiva habilitação profissional. A prática realizada em situação real de trabalho, como estágio supervisionado, deve ter sua carga horária acrescentada ao mínimo de carga horária exigida para a respectiva habilitação profissional.





Na modalidade de Formação Inicial e Continuada alguns cursos de capacitação, de maior duração e de maior densidade curricular, exigem oportunidades de prática profissional para além das salas ambientes e dos laboratórios de aprendizagem, necessitando de uma prática profissional integrada à realidade do mundo do trabalho.

Na **Escola Técnica Rede Novo Curso** esta deverá ter uma carga horária máxima entre 10% e 20% da carga total do curso. Em todo caso, esse estágio para ser efetivado deve ser incluído no respectivo plano de curso, em consonância com o correspondente perfil profissional de conclusão, devendo, também, ser acompanhado e supervisionado.

Na modalidade Educação Profissional Técnica de Nível Médio o estágio profissional supervisionado, previsto e assumido intencionalmente pela escola como ato educativo e atividade curricular, presente neste projeto político pedagógico e nos instrumentos de planejamento curricular dos cursos, está orientado pelas normas definidas pela Lei 11.788/2008, pelo Parecer CNE/CEB 35/2003 e Resolução CNE/CEB1/2004.

A Lei Federal 11.788 de 26 de setembro de 2008 diz em seus parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º que:

*"O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho."*

Conforme a referida lei, o estágio poderá ser enquadrado em duas categorias: obrigatório ou não obrigatório. Isso em conformidade com a determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Lei 11.788/2008, §1º e 2º.).

### **5.3. Eixo Tecnológico - a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica na Educação Profissional**

Com a edição do Decreto nº. 5.154/2004, o conjunto das Diretrizes Curriculares Nacionais foi atualizado pelo Parecer CNE/CEB nº. 39/2004, que deu origem à Resolução CNE/CEB nº. 01/2004. Essas Diretrizes organizavam a oferta da Educação Profissional por áreas profissionais, isto é, segundo a lógica de organização dos setores produtivos.

O Ministério da Educação propôs, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, uma nova orientação para organizar essa oferta de Educação Profissional, similar à orientação já seguida na definição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, objeto do Parecer CNE/CES nº. 277/2006. O MEC instituiu uma nova organização por Eixos Tecnológicos, isto é, segundo a lógica do conhecimento e da inovação tecnológica.



Segundo os literatos, o eixo tecnológico é uma "linha central de estruturação de um curso, definida por uma matriz tecnológica, que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo" e que o eixo tecnológico curricular orienta a definição dos componentes essenciais e complementares do currículo, expressa a trajetória do itinerário formativo, direciona a ação educativa e estabelece as exigências pedagógicas".

As cargas horárias constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio devem ser calculadas tomando-se por base a hora de 60 minutos, conforme orientam os Pareceres CNE/CEB nºs 05/97, 12/97 e 08/2004. Assim, é de competência da Instituição de ensino a definição das horas-aula ou do efetivo trabalho escolar, respeitada a carga horária mínima total.

Os mínimos de carga horária definidos para os cursos técnicos de nível médio incluem a carga horária destinada ao estágio profissional supervisionado, o qual deve ser orientado pelo Parecer CNE/CEB nº. 35/2003 e pela Resolução CNE/CEB nº. 1/2004, bem como pela legislação e pelas normas complementares específicas que regulam a matéria.

A Educação Profissional, organizada segundo Itinerários Formativos, de acordo com a lógica dos Eixos Tecnológicos, e não mais de acordo com a lógica das áreas profissionais, no, ao invés das atuais 14 áreas profissionais, contempla os seguintes Eixos Tecnológicos:

1. Ambiente, Saúde e Segurança;
2. Apoio Educacional;
3. Gestão e Negócios;
4. Hospitalidade e Lazer;
5. Informação e Comunicação;
6. Infra-estrutura;
7. Produção Cultural e Design;
8. Recursos Naturais.

A **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de Junho de 2012**, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2012, Seção 1, p. 13., recentemente aprovada dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, alterando os seguintes Eixos Tecnológicos (Art. 2º) constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio:

I - o Eixo Tecnológico antes denominado "Ambiente, Saúde e Segurança" foi alterado para "Ambiente e Saúde", sendo criado, em separado, o Eixo Tecnológico "Segurança";

II - o Eixo Tecnológico "Apoio Educacional" foi alterado para "Desenvolvimento Educacional e Social";

III - o Eixo Tecnológico "Hospitalidade e Lazer" foram alterados para "Turismo, Hospitalidade e Lazer".

## **6. Oferta de Educação Profissional na Escola Técnica Rede Novo Curso**

As ações de Educação Profissional da **Escola Técnica Rede Novo Curso** atualmente estão voltadas para a Formação Inicial ou Qualificação e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



De acordo com a legislação vigente, todos os cursos e programas da modalidade Formação Inicial e Continuada são considerados "livres", uma vez que não há nenhum dispositivo normativo ou legal que determine sobre a forma de sua estruturação curricular, escolaridade mínima de ingresso ou carga horária mínima das ofertas:

**6.1. Formação Inicial e Continuada** compreende cursos e programas ofertados segundo itinerários formativos, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos, em todas as modalidades de educação profissional e níveis de escolaridade. Objetivam o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, podendo articular-se aos cursos de educação de jovens e adultos, qualificando para o trabalho e favorecendo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

Compreende os tipos:

- ✓ **Capacitação:** cursos destinados a pessoas com escolaridade variável, que objetivam desenvolver competências necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida pelo mercado de trabalho. A carga horária, nunca inferior a 160 horas, deverá ser compatível com o desenvolvimento das competências definidas no perfil profissional de conclusão.
- ✓ **Aperfeiçoamento:** cursos e programas com características variadas, destinados exclusivamente a profissionais, para complementação, atualização ou aprofundamento de competências que visam ao seu desenvolvimento frente às mudanças em curso no mundo do trabalho.

## **6.2. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio compreende cursos normatizados por Diretrizes Curriculares Nacionais e autorizados pelos respectivos sistemas de ensino, organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos e o contínuo e articulado aproveitamento de estudos e competências profissionais.

Compreende os tipos:

### **6.2.1. Qualificação Profissional Técnica:**

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino que têm como requisito mínimo de acesso o Ensino Fundamental completo, destinados a propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão reconhecida no mercado de trabalho. Integram a organização curricular de uma Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, compondo o itinerário formativo do técnico.



### **6.2.2. Habilitação Técnica de Nível Médio:**

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, que objetivam a profissionalização do Técnico de Nível Médio. Destinam-se a pessoas que estejam cursando, ou seja, egressas do Ensino Médio ou equivalente, nos termos do artigo 36da Lei nº 11.741/2008.

### **6.2.3. Especialização Técnica de Nível Médio:**

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, vinculados a uma Habilitação Técnica, que compõem o itinerário formativo do Técnico de Nível Médio. Devem propiciar o domínio de novas competências àqueles que já são habilitados e que desejam especializar-se em um determinado segmento profissional.

## **7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

No caso da educação profissional, a escolha dos métodos a serem empregados deve considerar as características específicas de seu público, que traz uma considerável bagagem de conhecimentos e experiências. Os alunos aprendem reconstruindo. Ora revendo alguns conceitos, ora acrescentando novos dados ao que já sabem, ora reformulando conceitos equivocados, anteriormente adquiridos. Dessa forma, cabe ao docente considerar os conhecimentos prévios dos alunos, orientando-os nesse processo de reconstrução de conhecimentos.

Existe uma série de possibilidades metodológicas e algumas serão apresentadas a seguir; contudo, o método que melhor se adapta ao desenvolvimento das competências é o **método ativo**. Nesse sentido, recomenda-se que o estudo por projetos e a resolução de problemas sejam adotados como os principais procedimentos metodológicos.

**7.1. Resolução de problemas** - Nessa atividade, o docente deve levantar situações problema que estimulem o raciocínio, cabendo ao aluno se debruçar sobre o objeto, formular hipóteses de solução e, sempre sob a orientação do docente, identificar e selecionar fontes de informação que levem à resolução do que foi proposto. Nesse processo surgem novos problemas, que devem ser encaminhados por docentes e alunos numa troca de informações constante.

**7.2. Estudo por pesquisa** - A pesquisa propicia uma interação entre teorias novas e velhas formas de ver as coisas, ensinando o aluno a pensar e a avaliar as conseqüências de suas decisões.

**7.3. Exposição dialogada** - É preciso que a exposição seja bem planejada e que o docente saiba conduzir o assunto, podendo contar com ajuda de materiais diversos, que favoreçam o desenvolvimento do conteúdo. Em geral as aulas expositivas são ideais para demonstração de técnicas de trabalho, pois permitem explicar os porquês de certos procedimentos.





**7.4. Seminários** - É o procedimento didático que consiste em levar o educando a pesquisar a respeito de um tema que pode ser adotado individualmente ou para uma equipe de trabalho, estimulando, nesse último caso, atitudes de colaboração e de integração.

**7.5. Simpósio** - Consiste em uma série de duas ou mais exposições breves, sobre diferentes aspectos de um mesmo tema, de forma contínua e respeitando certos limites de tempo. Geralmente essas exposições antecedem a discussão em grupo. Podem ser envolvidos diferentes profissionais externos ou o próprio grupo de alunos. O procedimento estimula habilidades de comunicação e expressão, respeito a divergências, negociação e o saber ouvir.

**7.6. Tempestade de idéias (Brainstorming)** - Esse procedimento didático favorece a criatividade, na medida em que propicia a produção de idéias originais ou de soluções novas. Também permite o exercício da auto avaliação e do estabelecimento de Projeto Político Pedagógico consensos, já que ao julgarem quais são as opiniões mais pertinentes alguns dos componentes do grupo terão de abrir mão das próprias opiniões, em função de uma melhor solução da questão em estudo.

## 8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Um dos grandes desafios da educação profissional é o de oferecer condições ao trabalhador para manter-se em atividade produtiva e geradora de renda em contextos socioeconômicos cambiantes e instáveis.

Para atender a esse objetivo, de acordo com o Parecer CNE/CEB no 16/1999 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1999), a identidade dos cursos, antes conferida por matérias pré-definidas, agora se pauta pelos perfis profissionais de conclusão, delineados em conformidade com as tendências econômico-tecnológicas do contexto produtivo. E são os perfis profissionais de conclusão que determinam as competências que o profissional deverá ter desenvolvido ao final do curso, servindo também como marco para a definição da estrutura curricular.

A adoção do conceito de competência como elemento orientador dos currículos pedagogicamente construídos e organizados, para promover aprendizagens profissionais significativas, exige dos docentes maior envolvimento com os processos de ensino e aprendizagem. Dentre esses processos a avaliação é parte integrante, em todas as etapas constitutivas, para conferir se as competências previstas no perfil de conclusão foram ou estão sendo, efetivamente, desenvolvidas pelos alunos.

Nessa perspectiva, o sistema de avaliação desarticulado de conhecimentos, habilidades e atitudes torna-se obsoleto pelo reducionismo da aprendizagem a apenas um dos domínios próprios desse processo. Ao contrário, a avaliação orientada por competências sugere a articulação dessas dimensões e, em consequência, obriga escolas e educadores a repensarem suas práticas avaliativas.



A **diagnóstica inicial** permite detectar as competências que os alunos já possuem e, a partir delas, estruturar os processos de ensino e de aprendizagem. Exercícios de simulação, realização de um pequeno projeto, perguntas orais, exame escrito, dentre outros, são instrumentos que permitem realizar esse diagnóstico.

A **avaliação formativa** permite identificar o desenvolvimento de competências dos alunos, ao longo do processo formativo. Para os professores, implica tarefa de adequação constante entre os processos de ensino e de aprendizagem, de modo a adaptar o ensino à evolução dos alunos e também a estabelecer novas estratégias.

A **avaliação recapitulativa** permite sintetizar conhecimentos, habilidades e valores em ações que possibilitem reconhecer se os estudantes alcançaram os resultados esperados. Essa dimensão se associará fortemente à dimensão acreditativa ou certificativa.

A dimensão **acreditativa** ou **certificativa** legitima a promoção dos estudantes de uma etapa a outra, de um nível de ensino a outro e confere uma determinada certificação. É o ápice do processo formativo viabilizado pelo completo e complexo sistema de avaliação implementado.

Concebendo o sistema de aproveitamento das competências como parte integrante do processo formativo, essas quatro dimensões da avaliação estarão relacionadas intrinsecamente, e os percursos realizados posteriormente pelo indivíduo serão, de certa forma, conseqüência das próprias evidências obtidas pelas avaliações, segundo uma orientação minimamente sistematizada pelo professor e/ou pela instituição formadora.

Para que o processo de avaliação escolar tenha o potencial de contribuir com o aperfeiçoamento das ações em desenvolvimento deve revestir-se de certas características:

- Ser democrático, no sentido de considerar que os integrantes da ação educativa são capazes de assumir o processo de transformação da educação escolar, sob a ótica dos interesses das camadas majoritárias da população;
- Ser abrangente, significando que todos os integrantes e os diversos componentes da organização escolar sejam avaliados: a atuação dos professores e de outros profissionais da escola; os conteúdos e processos de ensino; os recursos físicos e os materiais disponíveis; a articulação da escola com a comunidade;
- Ser participativo, prevendo a cooperação de todos, desde a definição de como a avaliação deve ser conduzida até a análise dos resultados e escolha dos rumos de ação a serem seguidos;
- Ser contínuo, constituindo-se efetivamente em uma prática dinâmica de investigação que integra o planejamento escolar em uma versão educativa.

Nessa perspectiva, a avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar.



### 8.1. Avaliação de Competências para Fins de Aproveitamento de Estudos

O modelo de competência traz em si possibilidades de constante aperfeiçoamento e, por isso, tem-se mostrado extremamente adequado às atuais características do mercado de trabalho no que se refere à educação continuada dos trabalhadores.

Na perspectiva da oferta de uma educação continuada surgem os itinerários formativos, que representam "o conjunto dos percursos de formação propiciados por uma instituição de educação profissional dentro de cada uma dos diferentes eixos tecnológicos". A avaliação de competências, então, não deve ser pensada de forma independente do itinerário formativo, pelo contrário, ela pode vincular-se a ele.

Reforçando a visão de que os itinerários formativos proporcionam ao aluno a oportunidade de exercer, com liberdade, a escolha da melhor alternativa de Educação Profissional disponível na região, a instituição de ensino deve empenhar-se em oferecer itinerários completos, que contemplem não só as atividades destinadas à Formação Inicial e Continuadas, mas também a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Qualificação Profissional Técnica, Habilitação, Aperfeiçoamento e Especialização).

Entretanto, ao pensar os itinerários formativos com base em itinerários de profissionalização, devem se perceber a priori a necessidade da coletividade, e não apenas atender ao mercado, porque este nada mais é do que a materialização daquela necessidade em bens de consumo. Efetivamente, os itinerários formativos, uma das referências do processo de aproveitamento das competências, devem vislumbrar componentes formativos que sirvam de instrumentos para desenvolver no aluno a consciência de uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Os conhecimentos e as habilidades adquiridos tanto nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica, como os adquiridos na prática laboral pelos trabalhadores, podem ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Assim, o aproveitamento de estudos deve ser pensado no âmbito do itinerário por eixos tecnológicos, de modo que as oportunidades educacionais se ampliem para o cidadão que venha a solicitar a avaliação de suas competências para fins de aproveitamento e certificação.

Nesse contexto, a importância do aproveitamento de competências está na mediação entre as demandas do mundo do trabalho, a educação profissional e o mercado, como instrumentos de integração dos conhecimentos tácitos e científicos.

É importante ressaltar que a legislação educacional sobre aproveitamento de competências ou estudos expressa a intencionalidade de flexibilizar os processos formativos para um mercado em movimento, o que requer um olhar atento e contínuo para as mudanças relevantes e, sempre que necessário, alinhar perfis profissionais.



Ao estabelecer uma metodologia de aproveitamento de estudos é preciso reconhecer que as competências da educação profissional para a laborabilidade configuram-se como conhecimentos, habilidades e atitudes tanto em sistemas formais de ensino como no mundo do trabalho. Isso requer que se confira à formação profissional do trabalhador uma dimensão política, social e cultural mais abrangente. A responsabilidade dos gestores educacionais, portanto, é a de garantir que, em todas as etapas avaliativas, essas dimensões sejam contempladas.

É preciso superar o preconceito e o flagrante desperdício de não valorizar a experiência profissional e o autodidatismo que não têm recebido, até hoje, a atenção que merecem. Trata-se de um potencial humano que tem permanecido oculto e que precisa ser adequadamente identificado, avaliado, reconhecido, aproveitado, e certificado. A certificação de competências constitui mais um instrumento para a democratização da educação profissional, em todos os seus níveis. (Parecer CNE/CEB nº 17, de 1997).

Em geral, considerando a avaliação como parte do processo formativo institucional, sugere-se pensar na avaliação como parte de um macro processo educativo, não como uma ação final e isolada, mas como recomeço para a instituição e para o indivíduo.

## 8.2. Documentação escolar

Ao término dos módulos dos cursos de educação profissional de nível médio e do relatório das horas de estágio profissional supervisionado devidamente realizada e da apresentação do certificado de conclusão do ensino médio, a **Escola Técnica Rede Novo Curso** conferirá Diploma de Técnico, como também histórico escolar.

Nos cursos aprovados que houver qualificação intermediária será oferecido Certificado de Auxiliar.

## 9. PROJETOS EXISTENTES NA UNIDADE ESCOLAR

### EDUCAÇÃO

"O homem não pode chegar a ser homem a não ser por intermédio da educação. Ele não é mais do que aquilo que a educação faz dele." (KANT, 1996)

### 9.1. PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL – Nova Era Digital

Com o objetivo de levar a educação básica da informática às comunidades carentes, onde os beneficiados são crianças, adolescentes, jovens e adultos de renda muito baixa, a RNC desenvolve, desde o ano 2004, o projeto de Educação Digital.



<b>Sede do RNC</b>	
Publico beneficiado	60 (sessenta) crianças, jovens, adolescentes e 3º idade.
Diretores do projeto	Leandro Gomes Matos
Financiamento	FIRJAN/ SESI / SENAI

<b>Inclusão digital – Nova Era Digital</b>	
Entidades parceiras	Comunidade Católica Nossa Senhora de Nazaré, filiada à paróquia matriz Nossa Senhora da Piedade;
Endereço da entidade	Rua E s/n – Parque Iriri - Magé/RJ. - Cep: 25.900-000
Representante	Padre ÉNES
Publico beneficiado	117 (cento e dezessete) crianças, jovens e adolescentes.
Financiamento	ESSENCIS Co-processamento Ltda, Magé/RJ

<b>Inclusão digital – Nova Era Digital</b>	
Entidades parceiras	Rotary Clube de Magé – Casa da Amizade
Endereço da entidade	Av. Rotary Clube, 04, centro, Magé/RJ – Cep: 25.915-000



## 9.2. PROJETO JN.MATOS (Centro de Ensino Profissionalizante)

Curso de capacitação em modalidade de Ensino Livre. Os cursos estão norteados pelo disposto no Decreto Regulamentador nº. 2.208/97 e Deliberação CEE 14/97, anexa à Indicação CEE 14/97. Tendo em vista não ter, ainda, o Ministério da Educação estabelecido, em termos de Diretrizes Curriculares, a carga horária mínima dos cursos, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por área profissional.

O projeto é mantido através dos recursos endógenos, atendendo cerca de 30 a 50 pessoas entre: adolescentes, jovens, adultos e terceira idade. A RNC através dos cursos de Capacitação Profissional já recolocou no mercado de trabalho 80% do público alvo atendido, por meio de parceria com empresas, Hospitais, Clínicas e o comércio local.

- Auxiliar em Departamento de Pessoal
- Noções em Recrutamento de RH
- Eletricista de Automóveis
- Mecânico de Refrigeração Domiciliar
- Instalação de Sist. Elétrico Residencial
- Instalação de Sist. Elétrico Predial
- Pedreiro
- Manutenção de Hardware
- Informática – Plataforma Linux
- Designer Gráfico, Photoshop e AutoCAD / (2D/3D)
- Telemarketing
- Técnicas de Vendas
- Cuidador de Idoso
- Técnicas de Curativo
- Comim (auxiliar de Garçon);
- Recepcionista de Hotel;
- Guia de Turismo Local;
- Organizador de Evento.

A RNC, através do projeto – Centro de Ensino Profissionalizante, celebrou convênio com a FIRJAN/ SESI/ SENAI na realização de cursos gratuitos para sociedade.

Como ilustram o reconhecimento pelas notas dos principais jornais e apoio da Associação Comercial e Empresas do município.







### 9.3. PROJETO AÇÃO DA CIDADANIA

Com o propósito de levar dignidade e cidadania as pessoas que sobrevivem à margem da sociedade. Atuamos de acordo com a portaria ministerial: nº 1.671 de 15/02/2000, inciso IV do artigo 20. Através de entidades parceiras fazemos a promoção de atividades voltadas em dar informações e orientações ao trabalhador e sua família.

Ação da Cidadania	
Publico beneficiado	1.800 (mil e oitocentos) pessoas
Diretora do projeto	<b>Joelma F. Nepomuceno</b>
Financiamento	Supermercados: Sendas, Faturão, Multimarketing; Empresada: DGM, Banco do Brasil de Magé, Corredor Musical, Guaraná Natural Yko, Rose Eletro-moveis, Casa Bahias de Piabetá.
Entidades Parceiras	<ul style="list-style-type: none"><li>• Previdência Social</li><li>• Detran/RJ</li><li>• Defensoria Pública do RJ</li><li>• OAB de Magé</li><li>• Colgate - SP</li><li>• Policia Militar de Magé</li><li>• Salão de Cabeleireiro Rosa</li><li>• Ministério do Trabalho de Magé</li><li>• Pastoral da Criança</li><li>• Corpo de Bombeiro de Magé</li></ul>

### 9.4. PROJETO DISSEMINADOR EM PREVIDÊNCIA SOCIAL

O projeto Disseminador em Previdência Social é uma iniciativa do PEP – da Gerencia executiva de Duque de Caxias, no sentido de oferecer curso de capacitação gratuita em benefícios sociais.

Disseminador em Previdência Social	
Comunidade	Rotary Clube de Magé – Casa da Amizade
Endereço da entidade	Av. Rotary Clube, 04, centro, Magé/RJ – Cep: 25.915-000
Representante	Janadácia Callado
Publico beneficiado	60 (sessenta) adultos
Financiamento	Gerencia Executiva do INSS de Duque de Caxias/ RJ





## 10. Referências

- BRASIL/MEC/SISTEC/Legislação  
BRASIL/CNE/CEB. **Parecer nº 35 de 05.11.2003.** Institui as normas para organização e Realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.  
BRASIL/CNE/CEB. Resolução nº 4, de 06.06. 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.  
UNESCO, 1999.  
DEMO, Pedro. **Educação e qualidade.** Papirus, 1994.  
GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/08 a 02/09/94.  
HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como "ideologia". (1987)  
\_\_\_\_\_. Trabalho e Interação. (1967). In: **Técnica e ciência como "ideologia"**. Edições 70:  
RIOS, Terezinha. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". In: *Série Idéias*. São Paulo, FDE, 1982.  
VEIGA. Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 14ª edição. Papirus, 2002.  
Sites:  
<http://www.cursoaprovacao.com.br/cms/artigo.php?cod=34255976> <acesso em 15/03/2010>.  
[http://www.rm.senac.br/\\_up/downloads/arq\\_4cb3648612946.pdf](http://www.rm.senac.br/_up/downloads/arq_4cb3648612946.pdf)

Leandro Gomes Matos  
Representante Legal